**PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
E MINISTÉRIOS DAS FINANÇAS
E DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE**

Portaria n.º 304/98

de 20 de Maio

Em execução do disposto no n.º 1 do artigo 18.º do Decreto-Lei n.º 320/95, de 28 de Novembro, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 32/96, de 11 de Abril, e 268/97, de 2 de Outubro:

Manda o Governo, pelos Ministros das Finanças, Adjunto e do Trabalho e da Solidariedade, o seguinte:

1.º O quadro de pessoal do Departamento de Relações Internacionais de Segurança Social é o constante

do anexo I ao presente diploma, do qual faz parte integrante.

2.º Os conteúdos funcionais das categorias de pessoal das carreiras de tradutor-correspondente-intérprete e de impressor de *offset* são os constantes do anexo II à presente portaria, da qual faz parte integrante.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministérios das Finanças e do Trabalho e da Solidariedade.

Assinada em 23 de Abril de 1998.

Pelo Ministro das Finanças, *João Carlos da Costa Ferreira da Silva*, Secretário de Estado do Orçamento. — Pelo Ministro Adjunto, *Fausto de Sousa Correia*, Secretário de Estado da Administração Pública e da Modernização Administrativa. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade, *Eduardo Luís Barreto Ferro Rodrigues*.

ANEXO I

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal dirigente	—	—	Director	1
			Director-adjunto	1
			Director de serviços	3
			Chefe de divisão	9
Pessoal técnico superior.	Contabilidade, gestão financeira, jurídica, contencioso, estatística, organização e gestão, planeamento, relações públicas, relações internacionais, tradução, interpretação, correspondência estrangeira e auditoria.	Técnica superior (b)	Assessor principal	(a) 12
			Assessor	10
			Técnico superior principal	15
			Técnico superior de 1.ª classe	15
			Técnico superior de 2.ª classe	15
	Biblioteca e documentação	Técnica superior de biblioteca e documentação.	Assessor principal	1
			Assessor, técnico superior principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	
Pessoal de informática	Informática	Técnica superior de informática.	Assessor informático principal	1
			Assessor informático	1
			Técnico superior de informática principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	3
		Operador de sistema	Operador de sistema-chefe	(c) 2
			Operador de sistema principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	(c) 4
Pessoal técnico	Contabilidade, gestão financeira, estatística, organização e gestão, planeamento, relações públicas, relações internacionais, tradução, interpretação e correspondência estrangeira.	Técnica	Técnico especialista principal, especialista, principal, de 1.ª classe ou de 2.ª classe.	(c) 2
Pessoal técnico-profissional (nível 4).	Tradução, interpretação e correspondência estrangeira.	Tradutor-correspondente-intérprete (d).	Técnico-adjunto especialista de 1.ª classe.	5
			Técnico-adjunto especialista	5
			Técnico-adjunto principal	10
			Técnico-adjunto de 1.ª classe	12
			Técnico-adjunto de 2.ª classe	6
Pessoal administrativo	Coordenação e chefia na área administrativa.	—	Chefe de repartição	(e) 2
			Chefe de secção	(f) 5
	Tesouraria	Tesoureiro	Tesoureiro	2
	Administrativa	Administrativa (g)	Oficial administrativo principal	28
			Primeiro-oficial	28
			Segundo-oficial	28
			Terceiro-oficial	28

Grupo de pessoal	Área funcional	Carreira	Categoria	Número de lugares
Pessoal operário qualificado.	Artes gráficas	Impressor de <i>offset</i>	Operário principal ou operário	2
Pessoal auxiliar	Condução de viaturas	Motorista de ligeiros	Motorista de ligeiros	3
	Economato/aprovisionamento	Ecónomo	Ecónomo	(h) 1
	Alimentação	Cozinheiro	Cozinheiro	(h) 1
		Auxiliar de alimentação	Auxiliar de alimentação	(h) 4
	Ligações telefónicas	Telefonista	Telefonista	2
Apoio, vigilância e manutenção de equipamento ou instalações.	Auxiliar administrativo	Auxiliar administrativo	(i) 12	

(a) Sete lugares a extinguir quando vagarem, criados, um pelo Despacho Normativo n.º 117/90, de 3 de Outubro, cinco pelo despacho n.º 462/94, de 19 de Maio, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 146, de 27 de Junho de 1994, e um pelo despacho n.º 692/94, de 12 de Setembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 266, de 29 de Setembro de 1994.

(b) Em qualquer momento não podem existir mais de 60 lugares providos nesta carreira.

(c) Um lugar a extinguir quando vagar.

(d) Os lugares da carreira de tradutor-correspondente-intérprete extinguir-se-ão à medida que forem vagando, da base para o topo, por forma a permitir a normal progressão do pessoal provido em lugares da mesma.

(e) Um lugar, constante do quadro de pessoal anexo ao Decreto-Lei n.º 345/83, de 26 de Julho, e que não tem correspondência na actual estrutura orgânica, a extinguir quando vagar.

(f) Dois lugares a extinguir quando vagarem.

(g) Em qualquer momento não podem existir mais de 98 lugares providos nesta carreira.

(h) Lugares a extinguir quando vagarem.

(i) Dois lugares a extinguir quando vagarem após o seu primeiro provimento.

ANEXO II

Conteúdos funcionais das categorias de pessoal das carreiras de tradutor-correspondente-intérprete e de impressor de *offset*

Carreira	Conteúdo funcional
Tradutor-correspondente-intérprete.	Funções de execução, sob orientação superior, de trabalhos de apoio técnico em geral, realizando predominantemente as seguintes tarefas: tradução de documentos técnicos e outros; correspondência com entidades estrangeiras, com elaboração de ofícios e outros documentos, e intervenção como intérprete em reuniões ou encontros em que participem entidades estrangeiras.
Impressor de <i>offset</i>	Funções de natureza executiva, de carácter manual e ou mecânico, enquadradas em instruções gerais bem definidas, relacionadas com a impressão de documentos, de qualquer natureza, com utilização de máquinas de <i>offset</i> , sem prejuízo da utilização, nos tempos de trabalho sobran-tes, de maquinaria de menores sofisticação e porte, visando a reprodução e encadernação de documentos.

MINISTÉRIOS DA DEFESA NACIONAL, DA EDUCAÇÃO E DA SAÚDE

Portaria n.º 305/98

de 20 de Maio

Tendo em consideração o disposto no Decreto-Lei n.º 480/88, de 23 de Dezembro, alterado pelo Decre-

to-Lei n.º 100/90, de 20 de Março, e na Portaria n.º 239/94, de 16 de Abril;

Ao abrigo do disposto no artigo 15.º e no n.º 3 do artigo 17.º do Estatuto da Escola do Serviço de Saúde Militar, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 4/94, de 18 de Fevereiro:

Manda o Governo, pelos Ministros da Defesa Nacional, da Educação e da Saúde, o seguinte:

1.º

Diploma de estudos superiores especializados

A Escola do Serviço de Saúde Militar confere o diploma de estudos superiores especializados em:

- a) Enfermagem na Comunidade;
- b) Enfermagem Médico-Cirúrgica;
- c) Enfermagem de Reabilitação;
- d) Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica;
- e) Administração de Serviços de Enfermagem;

ministrando, em consequência, os respectivos cursos.

2.º

Duração

A duração dos cursos é de dois anos.

3.º

Planos de estudos

Os planos de estudos dos cursos são os fixados nos anexos I a V a esta portaria, da qual fazem parte integrante.